



Relatório Anual de Informações **2023**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
GESTÃO E GOVERNANÇA	2
A ENTIDADE	3
CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO	4
QUADRO SOCIAL	6
ARRECADAÇÃO - CONTRIBUIÇÕES	6
BENEFÍCIOS PAGOS	7
DESTAQUES EM 2023	8
PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB	9
VALOR DA COTA – PLANO PMB	18
DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS	19
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	47
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	50
PARECER DO CONSELHO FISCAL	51
PARECER ATUARIAL DO PMB - PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS	52

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (RAI), é o instrumento que apresenta o resumo das informações sobre o demonstrativo dos Ativos e Passivos, registrados no exercício de 2023, na gestão do Plano Misto de Benefícios (PMB), para divulgá-los aos participantes, assistidos e beneficiários do Plano administrado pela Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF).

Ressaltamos que a partir de janeiro de 2023, foi efetivado o processo de Migração do Plano de Benefício Definido (PBD) para o Plano Misto de Benefício (PMB) em conformidade com o Parecer PREVIC nº 458/2022/CTR/CGTR/DILIC – Processo 44011/2021-64, de 11 de outubro de 2022.

Este relatório está fundamentado na Resolução CNPC Nº 32, de 04 de dezembro de 2019, objetivando principalmente a informação e transparência da gestão.

GESTÃO E GOVERNANÇA

CONSELHO DELIBERATIVO

Sandra Maria Nery Araújo – Presidente
Maria Ozete Matias de Sousa Filha
Irismar do Socorro do Espírito Santo Silva

CONSELHO FISCAL

Alberico de Sousa Araújo Filho – Presidente
Maria de Nazaré Ribeiro Campos
Augusto Cezar de Moraes Salgado

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria de Jesus Castelo Branco Freire
Diretora Superintendente

Andréa Ribeiro Nunes Freitas
Diretora de Seguridade

A ENTIDADE

A Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF), pessoa jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de sociedade civil pelo Banco do Estado do Maranhão S/A, sucedido – por meio de processo de privatização – pelo Banco BEM S/A, atualmente patrocinada pelo Banco Bradesco S/A.

Foi criada em 1967 com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, pautados pelos seguintes propósitos:

MISSÃO

Contribuir para o bem-estar de seus Participantes, Assistidos e Beneficiários, por meio da administração de Planos de Previdência Privada com qualidade, ética e transparência.

VISÃO

Consolidar-se como uma Instituição de excelência na administração de Planos de Previdência Privada. Tornar-se referência nacional em eficiência e inovação na administração de Planos de Previdência Privada.

VALORES

Ética: Criar relações transparentes, fundamentadas em valores éticos, como lealdade e respeito, fortalecendo a imagem institucional da Entidade perante o mercado e a sociedade.

Transparência: Primar pela segurança e clareza na divulgação das informações dirigidas aos Participantes, Assistidos e Beneficiários, deixando-os sempre esclarecidos e bem informados quanto à gestão do plano de benefícios, direitos e deveres.

Prudência: Tomar decisões fundamentadas na análise crítica das situações, processos ou problemas e na compreensão dos diversos fatores que afetam o negócio, demonstrando prudência para dimensionar, administrar, controlar e mitigar riscos.

CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

As incertezas sobre o cenário fiscal do país e a crise bancária nos EUA colocaram os mercados em estado de alerta nos primeiros meses de 2023. Fevereiro foi o pior mês do ano com queda de -7.6% do Ibovespa e -10,5% do índice *Small Cap*.

Os primeiros seis meses do ano foram de fortes emoções. Mesmo com os juros subindo em janeiro no Brasil, o Ibovespa foi na contramão e acompanhou a queda dos juros americanos. E após as mínimas do mês de março, a bolsa brasileira se recuperou acompanhando a queda do nosso juro. Fechamos o primeiro semestre de 2023 com o Ibovespa acumulando alta de +7,6% e o *Small Cap*, de +13,3%.

O desempenho positivo se deu principalmente pelos seguintes fatores:

- arcabouço fiscal, que mesmo não sendo o ideal reduz o risco de cenários extremos;
- redução de ruídos políticos, contrarreformas e intervenções estatais;
- melhora no exterior com dados macroeconômicos e o controle da crise bancária americana.

Após um começo de ano conturbado, começamos o segundo semestre um pouco mais tranquilos, com um mês de julho positivo, reflexo da queda dos juros futuros no Brasil e nos EUA. No mês, ainda tivemos o último aumento da taxa básica de juros pelo Banco Central Americano; em agosto, o Copom iniciou o seu ciclo de corte da Selic.

Apesar do início do ciclo de corte da Selic, agosto, setembro e outubro foram meses ruins. A resiliência da economia dos EUA e seus impactos na inflação, as incertezas sobre a economia chinesa somadas à falta de liquidez no mercado impulsionaram os juros e pressionaram as bolsas ao redor do mundo. Mas em novembro tudo mudou.

Os dados da inflação e da atividade nos EUA reduziram a probabilidade de mais aumento dos juros e, com a contribuição de um tom mais leve do Banco Central Americano (FED) em sua decisão de política monetária, derrubaram os juros e impulsionaram as bolsas.

No Brasil, o cenário externo favorável foi o grande catalisador para a performance do mercado brasileiro, que ainda contou com a contribuição de dados econômicos domésticos, reforçando a perspectiva de manutenção do ciclo de queda de juros pelo Copom. A mudança na dinâmica dos juros aqui e lá fora se refletiu no melhor desempenho em um mês para o Ibovespa em 2023, com alta de +12,5% em novembro.

Continuou em dezembro, com a manutenção das perspectivas mais favoráveis para a política monetária aqui e lá nos EUA. Com juros em queda, fechamos 2023 com o Ibovespa alcançando as máximas históricas, chegando ao fim de 2023 com 134.185 pontos contra 109.734 pontos em 2022.

Indicadores do Mercado Financeiro (%)		
	Dezembro/2023	ano
CDI	0,90	13,05
IMA-B (Ref.: IPCA)	2,75	16,03
IMA-B 5 (Ref.: IPCA)	1,46	12,13
IMA-B 5 + (Ref.: IPCA)	3,94	19,28
IBX	5,48	21,25
IBOVESPA	5,38	22,27
DOLAR COMERCIAL	-1,91	-7,22
INPC	0,55	3,71
IPCA	0,56	4,62
IGP-M	0,74	-3,18

QUADRO SOCIAL

Planos	PARTICIPANTES		ASSISTIDOS		TOTAL	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Plano de Benefício Definido (PBD)	2	0	24	0	26	0
Plano Misto de Benefícios (PMB)	43	39	352	371	395	410

ARRECADAÇÃO - CONTRIBUIÇÕES

O Plano de Custeio, definido anualmente pelo Atuário responsável pelo acompanhamento do Plano e aprovado pelo Conselho Deliberativo da CAPOF, estabelece o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

No ano de 2023, as Receitas Previdenciais vertidas ao Plano Misto de Benefícios (PMB), constituídas por contribuições normais dos Participantes e Patrocinadoras e as contribuições dos Assistidos, foram da ordem de **R\$ 4.056.730**.

CONTRIBUIÇÕES PMB (em R\$)		
MÊS	PARTICIPANTES / PATROCINADORA	ASSISTIDOS
JAN	51.843	259.345
FEV	41.962	281.435
MAR	40.869	268.607
ABR	42.992	268.607
MAI *	41.053	538.159
JUN	42.048	276.137
JUL	42.130	269.530
AGO	41.039	268.154
SET	43.492	267.158
OUT	43.885	268.150
NOV	42.960	266.159
DEZ **	83.776	267.238
TOTAL	558.050	3.498.680

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

** Contribuição Participantes e Patrocinadora + 13º salário

No ano de 2023, as receitas para Equacionamento do Déficit Técnico no Plano PMB, foram da ordem de **R\$ 10.322.261**.

EQUACIONAMENTO DÉFICIT - PMB (em R\$)		
MÊS	ASSISTIDOS	PATROCINADOR
JAN	50.224	811.983
FEV	54.599	817.586
MAR	52.030	821.347
ABR	17.343	827.671
MAI *	34.754	832.968
JUN	17.840	837.383
JUL	17.363	840.397
AGO	17.265	839.557
SET	17.265	838.801
OUT	17.265	840.479
NOV	17.123	841.404
DEZ	17.200	842.413
TOTAL	330.272	9.991.989

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

BENEFÍCIOS PAGOS

No ano de 2023, as despesas previdenciárias que correspondem aos recursos utilizados para pagamentos dos Benefícios de Aposentadorias, Pensões, Auxílios, Pecúlios e Resgates do Plano PMB, foram da ordem de **R\$ 30.685.644**.

APOSENTADORIAS, PENSÕES, PECÚLIOS E RESGATES (em R\$)	
	PMB
JAN *	4.489.779
FEV **	3.806.638
MAR	2.359.300
ABR	1.918.623
MAI ***	3.936.753
JUN ****	2.622.922
JUL	1.925.211
AGO	1.970.697
SET	1.915.414
OUT	1.930.334
NOV	1.901.134
DEZ	1.908.841
TOTAL	30.685.644

* Folha Normal + Saque à Vista Migração

** Folha Normal + Dif Reajuste + Dif Saque à vista Migração

*** Folha Normal + Abono Anual (13º salário)

**** Folha Normal + Saque à Vista + Abono Anual

DESTAQUES EM 2023

XVII SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes

Durante o ano de 2023 o Recadastramento Anual da CAPOF manteve a estratégia de envio bimestral das fichas de recadastramento, em conformidade com a data de aniversário dos Participantes e Assistidos. A XVII SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes foi realizada de 12 a 16/06/2023, onde durante esse período, foram intensificadas as ações que visam a atualização dos dados, com as fichas cadastrais recepcionadas na Entidade, e através de whatsapp e e-mail. Em agosto de 2023, foi alcançada a meta de 100% de Participantes e Assistidos recadastrados.

XIV ENPAC - Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF

O ENPAC – Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF, tem objetivo de promover a integração dos Participantes e Assistidos com a Entidade, gerar oportunidade para reunir antigos colegas de trabalho e estimular novas amizades. No ano de 2023, o XIV ENPAC não foi realizado, pois mesmo com o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, a Covid-19 não deixou de ser uma ameaça à saúde, e sua propagação mundial continua caracterizada como uma pandemia.

Migração do Plano PBD para o Plano PMB

O Processo de Migração do Plano de Benefício Definido - PBD para o Plano Misto de Benefícios - PMB, foi autorizado, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 11/11/2022, conforme Parecer nº 458/2022/CTR/CGTR/DILIC e Portaria PREVIC/DILIC nº 1164, de 10/11/2022, publicada no DOU do dia 16/11/2022, página 126, seção 1. A Migração foi efetivada após as assinaturas dos Participantes e Assistidos do Plano PBD nos Termos de Migração e, pagamento da Folha de Benefícios em janeiro/2023, com a massa total no Plano PMB.

Em maio/2023 foi iniciado o Processo de Retirada Vazia de Patrocínio do Banco Bradesco S/A. do Plano de Benefício Definido (PBD), finalizado em setembro/2023, com o consequente encerramento do Plano PBD, conforme Portaria PREVIC nº 837, de 21/09/2023, publicada no DOU de 29/09/2023, Edição 187, Seção 1, Página 157.

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB

Desempenho de Investimento

O Plano PMB finalizou o ano de 2023 com investimentos no montante de R\$ 285.331 mil, que em relação ao ano anterior (R\$ 256.493 mil) cresceu 11,24%. O Plano aplica seus recursos nos seguintes segmentos:

RENTA FIXA

A participação do segmento em dezembro de 2023 foi de 89,62%, atingindo o montante de R\$ 255.703 mil, que em relação a dezembro de 2022 (R\$ 225.703 mil), teve crescimento de 13,29%.

A carteira Própria do Plano possui em provisão Ativo Debêntures, com estimativa de perda no valor de R\$ 366 mil, representando 0,13% da carteira. Esse ativo alocado na carteira própria, foi em decorrência do encerramento do Fundo Exclusivo Quality, em 04/07/2016, ocasião em que referido ativo não foi possível de liquidação, sendo transferido para a carteira própria do Plano, e com possibilidade de recuperação ao longo do vencimento, em 2025 e 2038, conforme tratativas com a Empresa ATMA Participações emissora do ativo.

RENTA VARIÁVEL

A renda variável teve participação de 7,65%, sofreu redução de -7,65%, passando de R\$ 23.626 mil em dezembro de 2022, para R\$ 21.819 mil em dezembro de 2023.

A redução foi devido ao resgate em fevereiro de 2023, no valor de R\$ 5.322 mil e alocado em renda fixa. Essa movimentação de realocação para renda fixa, deu-se em decorrência da forte volatilidade verificada no segmento renda variável, bem como perspectivas de melhores resultados em renda fixa.

EMPRÉSTIMO

O segmento ao final de dezembro de 2023 teve participação de 2,30%, atingindo valor de R\$ 6.569 mil, com aumento 5,68% em relação a dezembro de 2022 (R\$ 6.216 mil). A carteira encerrou o ano com 243 contratos, e com inadimplência zero.

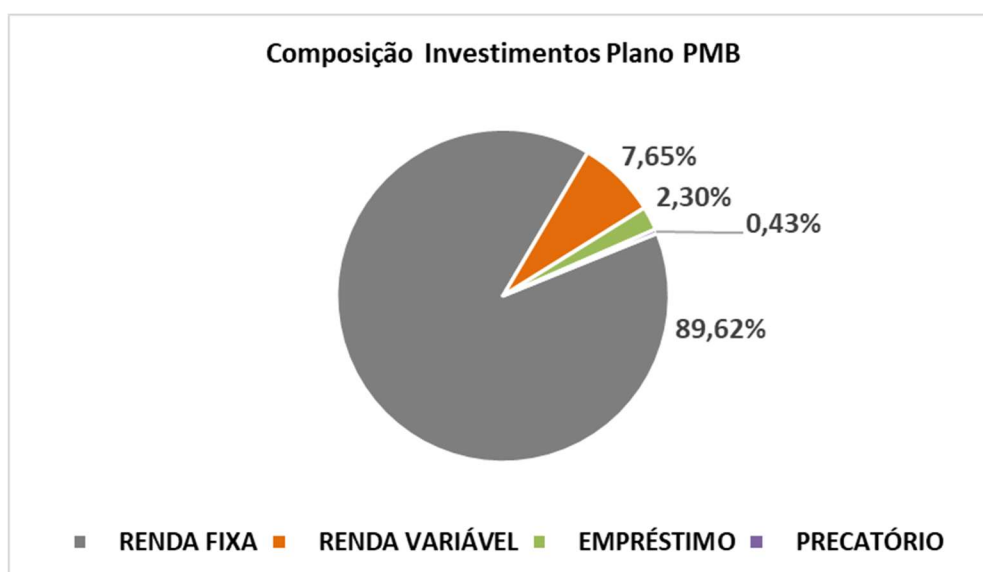
PRECATÓRIO

O Precatório recebido judicialmente pela CAPOF em 01/04/2022, através da Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, originado pelas OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, adquiridas compulsoriamente pelas EFPC, vinculadas ao setor Público, em 31/12/1986, vencidas e não pagas pelo Governo Federal. Com saldo em dezembro de 2023 no valor R\$ 1.240 mil, atualizado com base IPCA-E, e previsão para recebimento no ano 2024.

A seguir, tabela e gráfico com demonstração dos investimentos do Plano, por segmentos:

Valores em R\$

SEGMENTO	DEZ 22	%	DEZ 23	%	Var. %
Renda Fixa	225.703.495	88,00	255.703.096	89,62	13,29
Renda Variável	23.626.176	9,21	21.818.820	7,65	-7,65
Empréstimo	6.216.254	2,42	6.569.164	2,30	5,68
Precatório	947.185	0,37	1.240.263	0,43	30,94
TOTAL	256.493.111	100	285.331.343	100	11,24



Aplicação por Tipo de Ativo

Em dezembro de 2023 o Plano PMB apresentou 89,63% de recursos aplicados em Títulos Públicos, com 83,44% em NTN-B marcados na curva, 0,50% NTN-B marcados a mercado e 5,69% em LTN Over.

Em Fundo de Renda Variável aplicou 7,65% e, em Operações de Empréstimos com Participantes 2,30%. Possui ainda, 0,13% aplicado em Debêntures que estão em provisão de perdas e 0,43% em Precatórios/OFND a receber.

A acentuada concentração de recurso aplicado em títulos NTN-B, marcado na curva está de acordo com as diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (Asset Liability Management) do Plano para o ano de 2023. A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo.

ATIVOS	Valor R\$	%
NTN-B - Mercado Mercado	1.438.920	0,50
NTN-B - Mercado Curva	238.085.609	83,44
LTN OVER	16.221.108	5,69
DEBÊNTURES	365.796	0,13
(-) Provisão para Perda	-365.796	-0,13
FUNDO RENDA VARIÁVEL	21.818.820	7,65
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	6.569.164	2,30
PRECATÓRIOS	1.240.263	0,43
Contas a Pagar/Receber	- 43.919	-0,02
Tesouraria	1.377	0,00
TOTAL	285.331.343	100,00

Tipo de Gestão

Em dezembro de 2023, o Plano possuía 97,27% de recursos sob gestão terceirizada, no valor de R\$ 277.522 mil, diversificados conforme demonstrado na tabela abaixo, tendo 89,62% aplicado no Fundo de Investimento Exclusivo Bradesco Azulejos, 93,11% alocado em títulos NTN-B marcado na curva e 0,56% marcados a mercado, e com 7,65% aplicado em Fundos de Renda Variável. O restante dos recursos, 2,73%, encontra-se em carteira própria alocados em operações de empréstimos e Precatário/OFND a receber.

INVESTIMENTO POR GESTOR	Valor R\$	% s/ TI
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	261.716.052	91,73
Bradesco FI Multimercado Capof Azulejos	255.703.096	89,62
Bradesco FIA Dividendos	6.012.956	2,11
GAP GESTORA DE RECURSO	5.029.271	1,76
Sharp Ibovespa Ativo FIA	5.029.271	1,76
FINACAP INVESTIMENTOS	7.452.603	2,61
Finacap Mauritssatad FIA	7.452.603	2,61
IBIUNA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	3.323.990	1,17
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	3.323.990	1,17
TOTAL INVEST. TERCEIRIZADO	277.521.916	97,27
TOTAL INVESTIMENTOS	285.331.343	-

% s/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos do PMB

Toda a movimentação dos recursos dos Fundos (aplicação, resgate e liquidação) é realizada através dos serviços de custódia do Banco Bradesco S/A.

Limite da Política de Investimento do Plano – Exercício 2024

Na aplicação dos recursos, o Plano PMB observará os limites consignados nas tabelas abaixo:

Limite de alocação por segmento

ART.	INCISO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES	
				LEGAL	PI
21	-	-	Renda Fixa	100%	100%
	I	a	Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
		b	ETF renda fixa composto títulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%
	II	a	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	80%	50%
		b	Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras		50%
		c	ETF Renda Fixa		50%
	III	a	Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	15%
		b	Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		15%
		c	Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancária ou não bancárias		15%
		d	Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011		15%
		e	FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB		15%
		f	CPR, CDCA, CRA e WA		15%
22	-	-	Renda Variável	70%	20%
	I	-	Segmento Especial de Listagem: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto admitidas à negociação em segmento especial que assegure práticas diferenciadas de governança	70%	20%
	II	-	Segmento não Especial: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto	50%	20%
	III	-	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> – BDR classificados como nível II e III, BDR de ETF e ETF exterior	10%	10%
	IV	-	Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%	3%
23	-	-	Estruturado	20%	10%
	I	a	FIP (cotas de fundos de investimento em participações)	15%	1%

	I	b	FIM (cotas de fundos de investimento classificados como multimercado) e FICFIM (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado)	15%	10%
	I	c	FAMA (cotas de fundos de investimento classificados como “Ações – Mercado de Acesso”)	15%	10%
	II	-	COE (Certificados de Operações Estruturadas)	10%	10%
24	-	-	Imobiliário	20%	15%
	I	-	FII (cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e FICFII (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário))	20%	1%
	II	-	CRI (certificados de recebíveis imobiliários)		15%
	III	-	CCI (cédulas de crédito imobiliário)		15%
	-	-	Estoque imobiliários		-
25	-	-	Operações com Participantes	15%	15%
	I	-	Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos	15%	15%
26	-	-	Exterior	10%	5%
	I	-	FI e FICFI classificados como “Renda Fixa – Dívida Externa”	10%	5%
	II	-	FI e FICFI com o sufixo “Investimento no Exterior” – 67%		5%
	II	-	FI e FICFI com o sufixo “Investimento no Exterior”		5%
	IV	-	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> – BDR classificados como nível I e FIA - BDR nível I (cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”)		5%
	V	-	Outros ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, que não estejam previstos nos incisos anteriores		5%

Fonte: Política de Investimentos 2024

Alocação por emissor

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	I	-	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	-	Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	-	Demais Emissores	10%	10%
27	§ 4º	-	Patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora **	10,00%	10,00%

Fonte: Política de Investimentos 2024

Concentração por emissor

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	EFPC
28	I	a	Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	FIDC e FIC-FIDC	25%	25%
		c	ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa, Renda Variável ou Exterior	25%	25%
		d	FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP	25%	25%
		e	FII e FIC-FII	25%	25%
		f	FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26	25%	25%
	II	-	Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso II do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
	-	§1º	De uma mesma série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
	-	§2º	De uma mesma classe de cotas FIDC.	25%	25%
	-	§6º	Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

Desempenho Rentabilidade

O Plano PMB fechou o ano de 2023, com rentabilidade de 12,08% superando em 131,02% o indicador de referência definido em sua Política de Investimentos: IPCA + 4,40% a.a. (resultando em 9,22%). Contribuiu para esse desempenho, o satisfatório resultado do segmento renda variável.

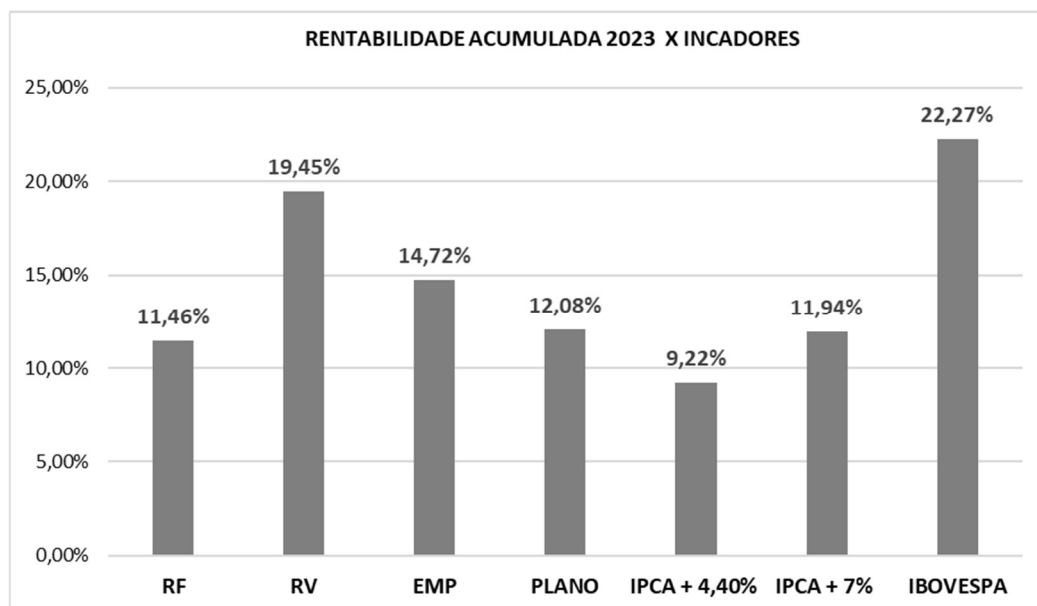
O segmento renda fixa encerrou o ano com rentabilidade de 11,46% acima do *benchmark* estabelecido na Política de Investimentos (IPCA+4,40% a.a.).

O segmento renda variável, finalizou o ano com uma ótima rentabilidade de 19,45% ante o *benchmark* Ibovespa, que foi de 22,27%.

O segmento empréstimo encerrou o ano de 2023 com rentabilidade 14,72%, acima do indicador de referência (IPCA+7% a.a.).

A seguir, tabela e gráfico com as rentabilidades do Plano PMB, por segmento, comparadas com os indicadores de referência estabelecidos em sua Política de Investimentos:

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)
REDA FIXA	11,46
REDA VARIÁVEL	19,45
EMPRÉSTIMO	14,72
TOTAL	12,08
BENCHMARK (%)	
PLANO (IPCA + 4,40% a.a.)	9,22
RF (IPCA + 4,40% a.a.)	9,22
RV (IBOVESPA)	22,27
EMPREST. (IPCA+7% a.a)	11,94



Despesas

As despesas demonstradas abaixo expressam os custos incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano PMB, apuradas com base no custeio administrativo do Plano. Estas despesas, no decorrer do exercício de 2023, totalizaram valor de R\$ 3.265 mil.

Deste valor total, 23,28% constitui despesas relacionadas com a gestão dos Fundos de investimentos Exclusivo e Abertos, deduzidas diretamente das carteiras, no valor de R\$ 760 mil. Enquanto 76,72% corresponde as despesas administrativas mais representativas, no valor de R\$ 2.505 mil.

DESPESAS	Valor (R\$)	%
DESPESAS COM INVESTIMENTO	760.267	23,28
Taxa de Administração	543.256	16,64
Custódia	49.530	1,52
Judiciais	30.455	0,93
Auditoria	23.485	0,72
Taxa Anbima	5.396	0,17
Taxa Fiscalização CVM	39.845	1,22
Taxa Selic	10.960	0,34
Taxa Cetip	57.145	1,75
Outras Despesas	195	0,01
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.504.848	76,72
Pessoal e Encargos	1.852.181	56,73
Serviços de Tecnologia	249.600	7,64
Consultoria Atuarial	131.517	4,03
Auditoria Externa Contábil	44.000	1,35
Consultoria Jurídica	111.158	3,40
Consultoria Financeira	86.053	2,64
Consultoria de Risco	20.339	0,62
Consultoria para o Conselho Fiscal	10.000	0,31
TOTAL	3.265.115	100,00

Fonte: Custódia Banco Bradesco e Balancete CAPOF

Riscos Relacionados à Sustentabilidade

Foi estabelecido na Política, que os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados através dos fatores ESG (*Environment, Social & Governance*), os quais designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

As dimensões ambiental, social e de governança podem considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- Impacto ambiental das empresas e dos seus investimentos;
- Esforços para conservar e gerir os recursos naturais;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Internalização dos impactos ambientais e sociais na esfera empresarial.

As três principais estratégias em termos de Investimento Responsável que incorporam critérios ASG são:

- Integração, mediante a agregação de critérios socioambientais e de governança aos tradicionais e indispensáveis critérios de desempenho econômico-financeiro;
- Avaliação dos melhores desempenhos em termos socioambientais e de governança dentro de determinado setor econômico (*best-in-class*) – estratégia que leva em conta a conduta específica de cada empresa, considerando-se o mercado específico em que ela atua;
- Filtragem – a filtragem pode ser positiva, quando a alocação de recursos a determinados setores é privilegiada por sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, ou negativa, quando determinados setores são excluídos por sua natureza controversa em relação a aspectos ASG.

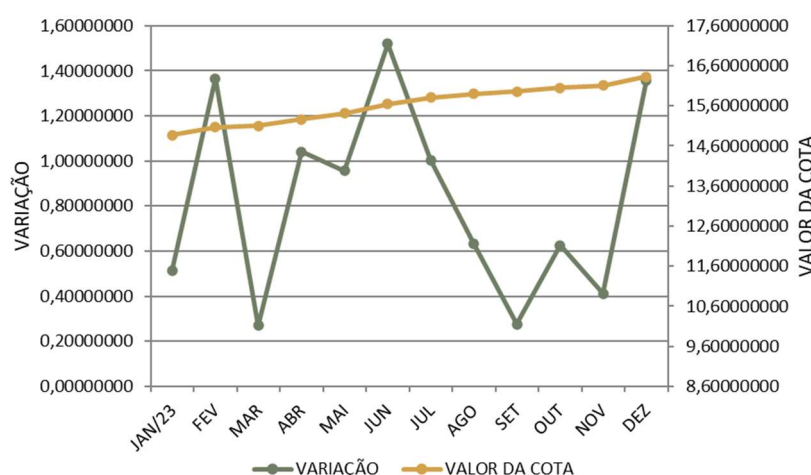
A fim de avaliar o impacto desses temas em sua carteira de investimentos, a CAPOF monitorará os seus gestores de investimentos no que tange ao processo de incorporação de análises relacionadas ao tema de ESG na construção de seu portfólio. Por enquanto, tal monitoramento terá objetivo educativo, mas em breve passará a ser classificatório.

VALOR DA COTA – PLANO PMB

“A cota é a unidade monetária que comanda a escrituração e as movimentações, financeiras ou não, dos Fundos existentes na estrutura do PMB, inclusive entre eles, bem como entradas e saídas de recursos relativos ao pagamento de benefícios (venda de cotas) ou recebimento de contribuições (compra de cotas), dentre outros movimentos que possam envolver os recursos patrimoniais vinculados ao Plano, na forma de seu Regulamento e módulo operacional da CAPOF”. (Fonte: Manifestação Atuarial – GAMA Consultores Associados - 2008)

O valor da Cota do Plano Misto de Benefícios – PMB, válida para dezembro de 2023, é de **R\$ 16,32966337** e a valorização foi de **1,3564776%**.

A variação nominal da Cota obtida em 2023 ficou em **10,39%**.



	Valor da Cota (R\$)	Variação (%)
DEZ/2022	14,7932816	0,84281832
JAN/2023	14,8691379	0,51277486
FEV	15,0663190	1,32610983
MAR	15,1070943	0,27063917
ABR	15,2643201	1,04074156
MAI	15,4103549	0,95670700
JUN	15,6446729	1,52052260
JUL	15,8018605	1,00473548
AGO	15,9016001	0,63118903
SET	15,9454140	0,27553164
OUT	16,0451840	0,62569689
NOV	16,1111196	0,41093701
DEZ/2023	16,3296633	1,35647779

DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Balanço Patrimonial de 12/2023

20/03/2024

16:36

1

Patrocinadora: Consolidado

Plano: Consolidado

ATIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)	PASSIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)
DISPONÍVEL	85 D	74 D	EXIGÍVEL OPERACIONAL	367 C	493 C
REALIZÁVEL	306.592 D	302.055 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	105 C	154 C
GESTÃO PREVIDENCIAL	16.405 D	24.914 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	259 C	288 C
GESTÃO ADMINISTRATIVA	318 D	23 D	INVESTIMENTOS	3 C	51 C
INVESTIMENTOS	269.868 D	277.118 D	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3 C	51 C
RENTA VARIÁVEL	0	0	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.001 C	2.200 C
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	282.059 D	269.615 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	1.686 C	1.965 C
OPERAÇÕES COM	6.569 D	6.484 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	316 C	235 C
RECURSOS A RECEBER -	1.240 D	1.019 D	PATRIMÔNIO SOCIAL	304.377 C	299.493 C
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	69 D	58 D	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	298.465 C	294.308 C
IMOBILIZADO	65 D	51 D	PROVISÕES MATEMÁTICAS	283.122 C	286.224 C
INTANGÍVEL	4 D	7 D	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	265.462 C	269.251 C
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	17.660 C	19.436 C
			(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A	0	2.462 D
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	15.342 C	8.083 C
			RESULTADOS REALIZADOS	15.342 C	8.083 C
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	15.342 C	8.083 C
			FUNDOS	5.913 C	5.185 C
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	48 C	48 C
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	4.369 C	3.929 C
			FUNDOS PARA GAR OP. COM	1.496 C	1.209 C
TOTAL DO ATIVO	306.745 D	302.186 D	TOTAL DO PASSIVO	306.745 C	302.186 C

MÁRIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

ANDREA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE

MÁRCIA ANDRÉA DA O' LAGES T. DA SILVA
TÉC. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-0 CPF:329.779.803-34

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): Consolidado

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varia�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	299.493	289.056	4
1. Adições	38.385	39.426	-3
(+) Contribuições Previdenciais	3.737	5.962	-37
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Prev.	31.269	29.882	5
(+) Receitas Administrativas	2.843	3.106	-8
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Adm.	536	476	12
2. Destinações	-33.500	-28.989	16
(-) Benefícios	-28.050	-24.896	13
(-) Portabilidade / Resgates	-2.637	-2.534	4
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - G. Prev.	0	0	-100
(-) Constituição de Contingências - G. Prev.	-129	364	-135
(-) Despesas Administrativas	-2.858	-2.853	0
(-) Constituição de Contingências - G. Adm.	-81	1.048	-108
(-) Reversão de Fundos de Investimento	287	17	1.590
(-) Outras Deduções	-33	-134	-75
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	4.884	10.437	-53
(+/-) Provisões Matemáticas	-3.102	6.090	-151
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	7.259	2.538	186
(+/-) Fundos Previdenciais	0	15	-100
(+/-) Fundos Administrativos	440	1.776	-75
(+/-) Fundo p Garant. Operac.� Partic.	287	17	1.590
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	304.377	299.493	2

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE

MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
T C. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-0 CPF:329.779.803-34

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.929	2.153	83
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.378	3.582	-6
1.1. Receitas	3.378	3.582	-6
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.450	2.572	-5
Custeio Administrativo dos Investimentos	14	336	-96
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	73	71	2
Receitas Diretas	306	126	142
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	536	476	12
2. Despesas Administrativas	-2.858	-2.853	0
2.1. Administração Previdencial	-2.858	-2.853	0
Pessoal e Encargos	-1.852	-1.750	6
Treinamento/congressos e seminários	-23	-34	-32
Viagens e estadias	-35	-16	126
Serviços de terceiros	-690	-816	-15
Despesas gerais	-233	-224	4
Depreciações e amortizações	-24	-14	67
3. Constituição/Reversão de Contingência	-81	1.048	-108
6. Sobra/Insuficiência da Ges.Administrativa (1-2-3-4-)	-440	-1.776	-75
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	4.369	3.929	11

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA

TÉC. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-0 CPF:329.779.803-34

ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 20/03/2024
Hora: 16:49

Referência: JAN a DEZ/2023

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
1.Ativos	306.170	284.881	7
Disponível	65	34	90
Recebível	20.774	28.354	-27
Investimento	285.331	256.493	11
Ações	0	0	-100
Fundos de Investimento	277.522	249.330	11
Empréstimos e Financiamento	6.569	6.216	6
Recursos a Receber - Precatórios	1.240	947	31
2.Obrigações	1.793	2.124	-16
Operacional	108	174	-38
Contingencial	1.686	1.950	-14
3.Fundos não Previdenciais	5.865	4.862	21
Fundos Administrativos	4.369	3.654	20
Fundos para Garantia das operações com participantes	1.496	1.208	24
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	298.512	277.895	7
Provisões Matemáticas	283.122	269.547	5
Superávit/Déficit Técnico	15.342	8.300	85
Fundos Previdenciais	48	48	0
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	17.225	19.696	-13
(a) Equilíbrio Técnico	15.342	8.300	85
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.883	11.396	-83
(c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	17.225	19.696	-13

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE

MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
TÉC. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-0 CPF:329.779.803-34

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 20/03/2024
Hora: 16:43

Referência: JAN a DEZ/2023

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	277.895	269.949	3
1. Adições	37.456	36.386	3
(+) Contribuições	6.187	8.305	-26
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	31.269	28.081	11
2. Destinações	-33.300	-28.439	17
(-) Benefícios	-30.721	-26.129	18
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão	-129	126	-203
(-) Custeio Administrativo	-2.450	-2.436	1
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.157	7.947	-48
(+/-) Provisões Matemáticas	-3.102	5.726	-154
(+/-) Fundos Previdenciais	0	15	-100
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	7.259	2.206	229
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	298.512	277.895	7
C) Fundos não previdenciais	-287	-18	1.536
(+/-) Fundos para Garantia das operações	-287	-18	1.536

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE

MÁRCIA ANDRÉA DA CUNHA T. DA SILVA
TÉC. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-0 CPF: 329.779.803-34

CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Data: 20/03/2024
Hora: 16:56

Referência: JAN a DEZ/2023

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	301.802	281.227	7
1. Provisões Matemáticas	283.122	269.547	5
1.1. Benefícios Concedidos	265.462	252.725	5
Benefício Definido	265.462	252.725	5
1.2. Benefício a Conceder	17.660	19.284	-8
Contribuição Definida	17.499	19.151	-9
Saldo de contas - parc. patrocinador(es)/instituidor(es)	8.786	9.904	-11
Saldo de Contas - parcela participantes Benefício	8.713	9.247	-6
Benefício Definido	161	133	21
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	-2.462	-100
(-) Déficit equacionado	0	-2.462	-100
(-) Assistidos	0	-2.462	-100
2. Equilíbrio Técnico	15.342	8.300	85
2.1. Resultados Realizados	15.342	8.300	85
Superávit técnico acumulado	15.342	8.300	85
Reserva de contingência	15.342	8.300	85
3. Fundos	1.544	1.256	23
3.1. Fundos Previdenciais	48	48	0
3.2. Fundo de Garantia de Operações com Participantes	1.496	1.208	24
4. Exigível Operacional	108	174	-38
4.1. Gestão Previdencial	105	126	-16
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3	49	-95
5. Exigível Contingencial	1.686	1.950	-14
5.1 Gestão Previdencial	1.686	1.950	-14

MÁRIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE

MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
TÉC. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-0 CPF:329.779.803-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO – BEM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais - R\$ mil ou de outra forma, conforme indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão ("CAPOF" ou "Entidade" ou "Fundação") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, patrocinada pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria Fundação, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109/01, autorizada a funcionar por prazo indeterminado.

Em janeiro 2023 foi efetivado o processo de Migração dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefício Definido - PBD para o Plano Misto de Benefícios - PMB, o qual foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), através da Portaria PREVIC/DILIC nº 1164, de 10/11/2022, publicada no D.O.U – seção 1 – página 126, em 16/11/2022, juntamente com as propostas de alteração dos Regulamentos dos Planos.

A CAPOF administra e opera o Plano PMB, e o Plano de Gestão Administrativa (PGA):

O Plano Misto de Benefícios (PMB), patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela CAPOF, é um Plano com características de "Contribuição Variável", aprovado em 8 de janeiro de 1999, registrado sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1999.0041-83, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 048.307.064/0001-66, vedado para novas adesões, com a última alteração regulamentar ocorrida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria PREVIC/DILIC nº 1.164, de 10 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União, em 16 de novembro de 2022 – página 26, seção 1.

Em 31 de dezembro de 2023, a CAPOF contava com 410 participantes e assistidos (421 em 31 de dezembro de 2022), conforme quadro demonstrativo a seguir:

Participantes	Plano PBD		Plano PMB		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos	-	2	39	43	39	45
Assistidos	-	24	371	352	371	376
Total	-	26	410	395	410	421



1

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPCs, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 43, de 06/08/2021; Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, que dispõem sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar; Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a NBC ITG 2001. Além dos atos normativos, foram atendidas ainda, as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência Complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados a gestão previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial e administrativa) e gestão de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Entidade apresenta mensalmente, balancetes do Plano PMB e Plano PGA, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e, quando necessário, são segregadas por plano de benefícios, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado do plano de benefícios.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

2.1 Consolidação das demonstrações contábeis

Em atendimento Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e a Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidadas. A consolidação é realizada utilizando o balancete auxiliar denominado operações comuns, anulando o efeito de duplicidade entre os planos, como: os valores da participação do fundo administrativo no plano previdencial, superávit e déficit técnico.



2.2. Legislação vigente

As principais normas que regulamentam a contabilidade das EFPCs são:

- a) Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, que estabelecem as normas específicas para os procedimentos contábeis, define forma, meio e periodicidade de envio das Demonstrações, dispõe sobre os procedimentos contábeis das EFPCs.
- b) Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, que dispõe sobre a apuração do resultado na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit.
- c) Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas EFPCs.
- d) Resolução CFC nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a NBC ITG 2001 (considerando as alterações previstas nas Resoluções CFC nº 1.328 e 1.329, de 18/03/2011), e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas EFPCs.
- e) Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPCs.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Gestão Previdencial

Representado substancialmente depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais do Plano PMB.

3.2 Investimento

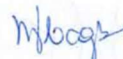
Os recursos garantidores do plano previdencial e os recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos e empréstimos estão em consonância com a Resolução nº 4.994, de 24/03/2022, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

3.2.1 Renda fixa

Conforme determina, Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pró-rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização.

Estão classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição até a data de vencimento. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.



- Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Entidade. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pró-rata) até o vencimento.

3.2.2 Renda variável

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço. Todos ativos estão alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, e na Instrução CVM nº 438, de 12/07/2006.

3.2.3 Empréstimos a participantes

Registram os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, nos termos das normas regulamentares, e estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos encargos auferidos até a data do balanço.

A Entidade possui um fundo de reserva para quitação dos empréstimos de participantes e assistidos que vierem a falecer, constituído na concessão do empréstimo, pelo qual o participante desembolsa uma taxa de seguro única na concessão de 3,00%.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com o estabelecido Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

3.3 Precatórios OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

A metodologia utilizada para registro está de acordo com o Ofício PREVIC nº 19/2022, de 17/10/2022 e, as condições referidas na Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23/11/2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20/08/2020, e o Pronunciamento Técnico nº 48 (Instrumentos Financeiros) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

O Precatório foi reconhecido e mensurado pelo seu Valor Justo no mês de novembro de 2022, utilizando modelo de precificação, que considerou a taxa atuarial e o indexador inflacionário do seu respectivo Plano de Benefícios PBD e PMB, bem como o prazo previsto para pagamento do Precatório.

No exercício de 2023, o valor do Precatório foi atualizado pelo critério de atualização conforme o artigo 21, §5º, da Resolução nº 448, de 25/03/2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a atualização dos precatórios não-tributários.

O valor do Precatório atualizado até setembro/2023 é de R\$1.158. Considerando o IPCA-E de 04/2022 a 12/2023 (7,7165623300%) sobre o valor de R\$ 1.151, o valor ajustado para o efetivo pagamento foi de R\$ 82, totalizando o valor de R\$ 1.240.

3.4. Ativo Imobilizado e Intangível

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente, a taxas que levam

em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.5 Exigível contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a natureza de cada contingência, e atualizado até a data do balanço.

3.6 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas por atuário externo e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor presente dos benefícios futuros dos participantes em atividade, líquido das respectivas futuras contribuições.

Registra-se, ainda, no Exigível Atuarial dos Planos, a provisão matemática a constituir, que representa o valor presente do déficit equacionado referente à existência de insuficiência de cobertura das reservas de benefícios concedidos.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas contabilizadas por Plano de Benefícios tem por base os métodos: regimes financeiros, hipóteses econômicas financeiras e biométricas, nota técnica atuarial, base de dados dos participantes, assistidos e beneficiários e os respectivos regulamentos dos Planos. O compromisso atuarial dado pelo Exigível Atuarial do Plano de Benefício PMB, avaliado em 31 de dezembro de 2023, está fixado com base na taxa real de juros técnicos de desconto financeiro de 4,40% ao ano.

3.7 Superávit (déficit) Técnico

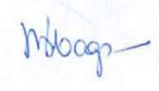
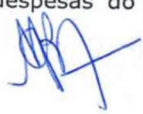
Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigíveis Operacional e Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas. É registrado em Reserva de Contingência conforme critério da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

3.8 Fundos

Registra os fundos constituídos, conforme a seguir:

Fundo previdencial: constituído atuarialmente para atender ao programa previdencial do Plano PMB, conforme regulamento e suas respectivas notas técnicas atuariais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores alocados estão compatíveis com as características do Plano, conforme avaliação atuarial.

Fundo administrativo: constituído pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas do programa mais a remuneração dos recursos aplicados pelo Programa de



Investimentos. Tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

Fundo de investimentos: fundos que se destinam à quitação de empréstimos em caso de morte dos mutuários ativos e assistidos, conforme mencionado no item 3.2.3 acima. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários, no ato da concessão dos empréstimos.

3.9 Custeio administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são segregadas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

3.10 Transferência de recursos

O resultado líquido do fluxo dos investimentos é transferido proporcionalmente à gestão previdencial e gestão administrativa.

3.11 Receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

4. DISPONÍVEL

	2023			2022			
	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Bancos	65	20	85	5	35	34	74
Total	65	20	85	5	35	34	74

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2023		2022		
	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Depósitos judiciais (a)	1.802	1.802	221	1.866	2.087
Déficit Técnico Contratado	14.603	14.603	-	22.827	22.827
Total	16.405	16.405	221	24.693	24.914

(a) Depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais de demandas dos planos de benefícios.

6. INVESTIMENTOS

Os investimentos, compostos basicamente de ativos de renda fixa, renda variável e empréstimos a participantes totalizam um montante de R\$289.868 em 31 de dezembro de 2023 (R\$277.118 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado a seguir:

	2023			2022			
	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS							
Ativo Financeiros de Crédito Privado:							
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures Prov. p/ perdas	366 (366)	-	366 (366)	-	371 (371)	-	371 (371)
Fundos de investimento:							
Renda fixa (a)	277.522	4.537	282.059	15.935	249.330	4.351	269.616
Renda variável (b)	255.703 21.819	4.537 -	260.240 21.819	15.935 -	225.704 23.626	4.351 -	245.990 23.626
OUTROS INVESTIMENTOS	6.569	-	6.569	339	7.163	-	7.502
Empréstimos a participantes (c):							
Empréstimos	6.569	-	6.569	268	6.216	-	6.484
Parcela em atraso	6.552	-	6.552	268	6.205	-	6.473
(-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	17	-	17	-	21	-	21
Recursos a Receber	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Precatório OFNDS	1.240	-	1.240	71	947	-	1.018
	1.240	-	1.240	71	947	-	1.018
Total	285.331	4.537	289.868	16.274	256.493	3.679	277.118

[Assinatura]

[Assinatura]

(a) Títulos de Renda Fixa

Os títulos de renda fixa são representados por fundo de investimentos em renda fixa e são considerados com prazo indeterminado, sendo avaliados mensalmente ao valor de mercado pelo valor da quota de cada fundo e seus efeitos reconhecidos nas operações do exercício.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em quotas de fundos de investimento em renda fixa:

Instituição Financeira	Fundo de Investimento	2023					2022				
		PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA
Banco Bradesco	Nebraska	-	-	-	15.934	-	-	15.934	-	-	-
Banco Bradesco	Azulejos	255.703	-	255.703	-	225.703	-	225.703	-	-	-
Banco Bradesco	FI DI Federal	-	1.061	1.061	-	-	941	941	-	-	-
Banco Bradesco	FI RF TARGET I	-	3.476	3.476	-	-	3.409	3.409	-	-	-
Total		255.703	4.537	260.240	15.934	225.703	4.350	245.987			

O fundo de investimento Nebraska foi incorporado pelo Fundo de Investimento Azulejos fundos exclusivo da CAPOF, o qual detém 100% das quotas desses fundos. Desta forma, apresentamos abaixo o detalhamento da carteira fundo Azulejos:

Fundo de Investimento Nebraska

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	2023		2022	
		Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Letras Financeiras - LF	Para negociação (a mercado)	-	-	-	1.211
Letras do Tesouro Nacional - NTN-Over	Para negociação (a mercado)	-	-	-	750
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	-	-	-	13.983
Tesouraria/Passivo exigível					-10
Patrimônio do Fundo Nebraska					15.934

[Handwritten signature]

Fundo de Investimento Azulejos

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de custo	Valor de mercado	Faixas de vencimento	2023	2022
					Valor contábil	Valor contábil
Letras do Tesouro Nacional - NTN-Over	Para negociação (a mercado)	16.221	16.221	2024	16.221	9.234
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Para negociação (a mercado)	832	1.439	2045	1.439	3.074
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	159.726	238.086	2028 a 2055	238.086	213.423
Tesouraria/Passivo exigível		-	-43		-43	-28
Patrimônio do Fundo Azulejos		<u>176.779</u>	<u>255.703</u>		<u>255.703</u>	<u>225.703</u>

De acordo com o estudo de ALM elaborado pela Consultoria Financeira ADITUS, a Entidade possui capacidade financeira para manter seus títulos até o vencimento.

O Plano PMB mantém 93,11% de seus títulos públicos em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termo de rentabilidade, superior à meta atuarial, (IPCA+4,40% a.a.) adotada no exercício de 2023; com risco reduzido (Títulos Públicos Federais); e prazo de vencimento longo que é compatível com o fluxo de caixa atuarial.



Alongamento de Títulos Públicos NTN-B

Conforme estudo de Estudo de ALM do exercício 2024 – 2028, para o Plano PMB, elaborado pela Consultoria Financeira ADITUS, e recomendação do comitê de investimentos em reunião de 11/12/2023, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 12/12/2023, a antecipação do Alongamento de Títulos NTN-B na Curva, com vencimentos em agosto 2024, para vencimentos 2032 e 2033 pertencentes ao Fundo Exclusivo Azulejos, de acordo com o dispositivo na Resolução nº 43, de 06/08/2021, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), conforme demonstrados na tabela abaixo:

VENDA	DATA		QUANT. VENDA	VALOR		RESULTADO
	VENCIMENTO	NEGOCIADA		CUSTO DA VENDA	NEGOCIADO	
	TÍTULO					
NTN-B	15.08.2024	14.12.2023	5.212	22.168	22.074	- 94

COMPRA	DATA		QUANT. COMPRA	FINANCEIRO	TAXA % a.a	INDEXADOR
	VENCIMENTO	NEGOCIADA				
	TÍTULO					
NTN-B	15.08.2032	14.12.2023	2.334	10.290	5,4677	IPCA
NTN-B	15.05.2033	14.12.2023	2.717	11.785	5,5366	IPCA
TOTAL			5.051	22.075		



(b) Títulos de Renda Variável

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado, sendo o segmento exclusivo do Plano PMB. Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em cotas de fundos de investimento em renda variável:

Instituição Financeira	Fundo de investimento	PMB	
		2023	2022
Banco Bradesco S.A.	Bradesco FIA Dividendos	6.013	5.024
Mellon Serviços Financeiros DTVM	Sharp Ibovespa Ativo FIA	5.029	4.136
Bradesco BEM DTVM	Ibiuna Equities 30 FIC FIA	3.324	6.876
Bradesco BEM DTVM	Vinci Selection Equities FIA		5.399
Bradesco BEM DTVM	Finacap Mauritssatad	<u>7.453</u>	<u>2.191</u>
Total		21.819	23.626

(c) Empréstimos a Participantes

No exercício de 2023 a concessão de empréstimo, foi operacionalizada com os parâmetros a seguir:

Forma	Descrição
Limites	- Até 10 vezes o Salário /Benefício bruto
Encargos	- Taxa pós-fixada, com base na variação do IPCA + juros 0,50% ao mês. - Imposto sobre Operações Financeiras. - Taxa de Administração 1,50%. - Fundo de Quitação por Morte 3,00%.
Prazo	- Entre 12 a 60 meses, conforme faixa etária.
Margem consignável	- 30% (trinta por cento) do salário ou do complemento do benefício pago pela CAPOF, após deduzidas as seguintes parcelas: • Imposto de Renda. • Contribuição para a Previdência Social. • Contribuição CAPOF. • Pensão Alimentícia, se for o caso.

De acordo com o estabelecido no art. 199 da Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, a Entidade não mantém saldo de provisão para perdas. Em 31 dezembro de 2023, esse montante é de R\$0,00 (R\$10 em 31 de dezembro de 2022). Caso a Entidade constitua saldo de provisão, seguirá os seguintes parâmetros:

- I - mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II - mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;



ms.



- III - mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
IV - mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
V - mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
VI - mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
VII - 100% para atraso superior a 360 dias.

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2023			2022			
	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
<u>Gestão Previdencial</u>							
Benefícios a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Retenções a pagar	105	-	105	21	126	7-	154
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	105	-	105	21	126	7-	154
<u>Gestão Administrativa</u>							
Contas a pagar		178	178	-		203	203
Retenções a pagar	-	81	81	-	-	85	85
Subtotal	-	259	259	-	-	288	288
<u>Gestão de Investimentos</u>							
Taxas a pagar	3	-	3	2	49	-	51
Subtotal	3	-	3	2	49	-	51
Total	108	259	367	24	175	225	493

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o exigível operacional representa as obrigações por operações correntes da Entidade.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A CAPOF, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Entidade, baseada na opinião de seu assessor jurídico, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, essas provisões são apresentadas conforme quadro a seguir:







	2023				2022		
	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
<u>Gestão Previdencial</u>							
Processos Cíveis	821	-	821	15	808	-	823
Processos	863	-	863	0	1.142	-	1.142
Trabalhistas							
Subtotal	1.686	-	1.686	15	1.950	-	1.965
<u>Gestão Administrativa</u>							
Processos Tributários	-	315	315	-	-	235	235
Subtotal	-	315	315	-	-	235	235
Total	1.686	316	2.001	15	1.950	235	2.200

Processos Prováveis

a) Gestão Previdencial

As ações registradas em processos cíveis, trabalhistas e tributárias da ordem de R\$ 1.686 (R\$ 2.200 em 2022) estão lastreadas por depósitos judiciais no total de R\$ 1.802 (R\$2.087 em 2022), produzindo efeito líquido de R\$-116 (R\$ -113 em 2022). As ações contingenciais cíveis em linhas gerais decorrem de cobrança de saldo remanescente sobre as diferenças de correções monetárias no resgate e devolução de cotas individuais, as decorrentes de processos trabalhistas têm como objeto a diferença do valor de resgate (fundo patrocinado) e ações que têm como objeto o cancelamento de inscrições.

b) Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da conta no montante de R\$315 (R\$ 235 em 2022) corresponde ao cálculo do PIS e COFINS. A metodologia utilizada para fins de cálculo do PIS e COFINS segue a Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, art. 96, onde a apuração do imposto foi calculada de acordo com suas movimentações contábeis.

Processos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, não havia processos possíveis a serem divulgados, conforme opinião do assessor jurídico da Entidade.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Patrimônio de Cobertura dos Planos

9.1.1 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as mesmas premissas atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2022, a taxa de juros que foi 4,40% para o Plano PMB, e estão representadas por:

a) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Entidade em relação aos atuais assistidos e pensionistas.

b) Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido do valor presente das contribuições futuras dos participantes e da patrocinadora, para os participantes que não adquiriram os direitos de aposentadoria.

c) Provisões matemáticas a constituir

Correspondem ao valor atual das contribuições extraordinárias futuras vigentes, assumidas pelos assistidos, destinadas a equacionar os déficits técnicos, em conformidade com o plano de custeio.

Demonstramos a seguir a composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro 2023 e de 2022:

	2023		PBD	2022	
	PMB	Consolidado		PMB	Consolidado
Benefícios concedidos	265.462	265.462	15.526	250.288	269.251
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	265.462	265.462	16.526	252.725	269.251
Benefícios a conceder	17.660	17.660	151	19.284	19.435
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	-	-	151	-	151
Contribuição definida	17.660	17.660		19.151	19.151
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	-	-	-	133	133
(-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-	(2.462)	(2.462)
Total	283.122	283.122	16.677	269.547	286.224

As Provisões Matemáticas foram segregadas em 2022 por plano de benefícios (PMB e PBD), em função da exigibilidade atuarial e de compromissos específicos dos Planos, de suas características e regras constantes nos respectivos regulamentos e metodologia prevista em suas Notas Técnicas Atuariais.

Em janeiro de 2023, ocorreu a Migração dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefício Definido – PBD para o Plano Misto de Benefícios – PMB. Em maio de 2023 ocorreu a finalização da Migração e foi iniciado o processo de Retirada Vazia finalizado em setembro de 2023, com o consequente encerramento do Plano PBD e extinção do CNPB (Cadastro Nacional de Plano de Benefícios) e CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica), conforme Portaria PREVIC nº 837, de 21/03/2023, publicada no DOU 29/02/2023, Edição 187, Seção 1, PÁGINA 157.

As provisões matemáticas a constituir referem-se ao déficit técnico nas reservas de benefícios concedidos do Plano PMB, apurado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.462) e 2023 R\$ 0,00 conforme Relatório Técnico do referido Plano, elaborado pela Conde Consultoria Atuarial Ltda.



Hipóteses atuariais

Demonstramos a seguir as hipóteses admitidas nos estudos para comparação no período abrangido:

	2023	2022	
	PMB	PBD	PMB
Taxa real anual de juros	4,40% a.a.	4,26% a.a.	4,40% a.a.
Projeção de crescimento real:			
Salários	Nula	Nula	Nula
Benefícios da Entidade	Nula	Nula	Nula
Benefícios do INSS	Nula	Nula	Nula
Fator de capacidade:			
Salários	98,00%	98,00%	98,00%
Benefícios da Entidade	98,00%	98,00%	98,00%
Benefícios do INSS	98,00%	98,00%	98,00%
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula	Nula
Tábua geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua geral anuidade de pensão	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média	Light Média
Hipótese sobre composição de família:			
Aposentados	Família real	Família real	Família real
Pensionistas	Família real	Família real	Família real
Ativos	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão
Índice dos Planos	Cota financeira	IPCA - IBGE	Cota financeira

Equilíbrio Técnico – Superávit

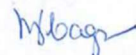
O Superávit/Déficit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Entidade. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões, conforme critério estabelecido na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, é destinado a reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico e o restante, se houver, deve ser destinado a reservas para ajuste do Plano.

Os valores acumulados demonstrados abaixo, estão dentro do limite da Reserva de Contingência, motivo pelo qual, não houve distribuição de superávit, do Plano PMB em 2023 R\$15.342 e 2022(R\$ 8.300)

	2023	2022	
	PMB	PBD	Consolidado
Superávit Técnico Acumulado	15.342	(217)	8.300
Total	15.342	(217)	8.083

Apresentamos abaixo a movimentação das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2023:



	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	280.134	5.545	3.377
Constituição de provisões	6.090	-	-
Superávit técnico do exercício	-	2.538	-
Constituição/ reversão de fundos	-	-	1.808
Saldo em 31 de dezembro de 2022	286.224	8.083	5.185
Reversão de provisões	(3.102)	-	-
Superávit técnico do exercício	-	7.259	-
Constituição/ reversão de fundos	-	-	728
Saldo em 31 de dezembro de 2023	283.122	15.342	5.913

9.2 Fundos

a) Fundos Previdenciais

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da conta no valor de R\$48 (R\$48 em 2022) corresponde ao fundo constituído no PMB. O valor é calculado pelo atuário responsável, em conformidade com regulamento e condições estabelecidas em Nota Técnica Atuarial, para o plano de benefício, bem como, observados os dispositivos da legislação vigente, e, têm como finalidade atender ao programa previdencial, de forma a garantir possíveis compromissos do Plano.

Considerando os objetivos, constituições, manutenção e os critérios para constituição dos fundos previdenciais conforme o regulamento do Plano Misto de Benefício - PMB, em 31 de dezembro de 2023 o fundo é composto conforme a seguir:

	2023 PMB	2022 PMB
Fundo de Desligamento - PMB (i)	48	48
Fundo de Sobrevivência - PMB (ii)	-	-
Total	48	48

- (i) O fundo coletivo de desligamento tem a finalidade de suportar eventuais insuficiências oriundas dos pagamentos dos benefícios de pecúlio por morte, quando couber, na forma do artigo 27 do Regulamento do Plano Misto de Benefícios.

b) Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo é constituído/revertido, mensalmente com a sobra ou insuficiência da gestão administrativa, após a transferência do custeio administrativo, custeio de investimentos do plano e a rentabilidade do recurso aplicado no plano de benefício e gestão administrativa. O saldo do fundo administrativo é segregado plano misto benefício, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa.

	2023		2022	
	PMB	PBD	PMB	Consolidado
Participação dos Planos no Fundo	4.369	275	3.653	3.929

c) Fundo de Garantia das Operações com Participantes

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta no valor de R\$1.496 (R\$1.209 em 31 de dezembro de 2022) corresponde ao fundo de garantia dos empréstimos, constituído com a arrecadação do Fundo de Quitação por Morte (FQM), descontados dos participantes e assistidos quando da concessão dos empréstimos. O referido fundo é utilizado para quitação do saldo devedor do empréstimo, em caso de morte do participante ou assistido.

	2023		2022	
	PMB	PBD	PMB	Total
FQM	1.496	1	1.208	1.209
Total	1.496	1	1.208	1.209

10. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Em conformidade com o requerido pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, apresentamos a seguir o ajuste de precificação dos ativos, os quais estão apresentados na Demonstração do Ativo Líquido do plano.

	2023	2022	
	PMB	PBD	PMB
Déficit/superávit técnico acumulado	15.342	(217)	8.300
Ajuste de precificação positivo	1.883	728	11.396
Equilíbrio técnico ajustado	17.225	511	19.696

O ajuste de precificação de periodicidade anual, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, corresponde à diferença entre o valor contábil dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento e o valor presente dos referidos títulos, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial.

No caso de equacionamento de déficit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos previsto quer seja positivo ou negativo.

No caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de títulos previsto somente se negativo. O Equilíbrio técnico ajustado é considerado para fins de equacionamento do déficit ou revisão do plano para distribuição do superávit.



11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: o patrocinador e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as transações com o patrocinador Banco Bradesco S.A são as seguintes:

	2023			2022			
	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Ativo							
Disponível	65	19	84	4	34	35	73
Fundos de investimentos renda fixa	255.703	4.537	260.240	15.934	225.703	4.351	245.988
Fundos de investimentos renda variável	6.012	-	6.012	-	5.023	-	5.023
Total	<u>261.780</u>	<u>4.556</u>	<u>266.336</u>	<u>15.938</u>	<u>230.760</u>	<u>4.386</u>	<u>251.084</u>
Resultado							
Resultado dos investimentos em renda fixa	26.998	535	27.533	1.738	24.989	492	27.219
Resultado dos investimentos renda variável	-	-	-	-	660	-	660
Contribuição patrocinador	14.357	-	10.142	-	10.142	-	10.142
Total	<u>41.355</u>	<u>535</u>	<u>37.675</u>	<u>1.738</u>	<u>35.791</u>	<u>492</u>	<u>38.021</u>

12. CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade entende como fator preponderante em sua gestão estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposto na condução de seus negócios e persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, principalmente no que diz respeito a seus investimentos e passivos atuariais, a Entidade tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção da continuidade e perenidade de seus negócios.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle na Entidade, têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.



ms.



12.1 Gerenciamento de riscos

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas políticas de investimentos, bem como em seus normativos e procedimentos internos.

a) Risco de crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do não cumprimento por parte das instituições financeiras e não financeiras de suas respectivas obrigações nos termos pactuados previamente, a desvalorizações de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Quando realiza investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de instituições, a Entidade observa as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela gestão dos fundos de investimento exclusivos, a Entidade observa o limite técnico adicional para instituições financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos.

Esta modelagem observa o rating atribuído pelas agências classificadoras de risco, analisada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

b) Risco de mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

Em aderência à legislação aplicável à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o exercício foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado para investimentos em renda fixa e para renda variável. O risco de descasamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na política de investimentos.

Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

c) Risco de terceirização

A gestão de recursos na Entidade pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

A Entidade apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o guia de melhores práticas em investimentos da PREVIC.



d) Risco de liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

A Entidade monitora o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance da Entidade.

O Monitoramento de liquidez de curto prazo observou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Os monitoramentos de liquidez de médio e longo prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo e de longo prazo.

e) Risco legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, trabalhista, regulamento dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

A Entidade realizou atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial de previdência, para assegurar a conformidade em seus processos.

f) Risco sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

A Entidade entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g) Risco do passivo atuarial

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

No exercício foi mantido o estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), realizado em 2022, por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características do plano e de suas populações.

As avaliações atuariais do plano de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial do plano, por meio de suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e

posicionadas em uma determinada data base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos o plano de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (Asset Liability Management) para o plano de benefícios administrado, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

h) Risco operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e internalizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

Nesse sentido, além de realizar o processo de autoavaliação de riscos e controles internos, a Entidade contratou os serviços de uma consultoria externa para validar os resultados alcançados pelo ciclo concluído naquele ano e evidenciar, por meio de metodologia aplicada pela empresa, a efetiva existência de controles declarados pelos gestores durante o ciclo de autoavaliação.

O resultado demonstrou um relevante grau de aderência entre os controles apontados nos questionários e os documentos apresentados pelos gestores, assim como as declarações consignadas durante entrevistas realizadas. Isso demonstra que o esforço da Entidade no sentido de disseminar uma cultura de controle em suas práticas e rotinas tem encontrado o respaldo e a parceria de seu quadro funcional.

As recomendações de melhoria destacadas na elaboração dos documentos ou na execução dos testes, que a cada ciclo têm apresentado redução, foram identificadas e comunicadas às unidades para que estas promovam ações de remediação para o ciclo posterior.

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES

A CAPOF, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa nº 1.315/2013.

Em relação ao PIS e a COFINS, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998. A Entidade questiona judicialmente a legalidade de tais contribuições sobre suas atividades, as quais vem sendo provisionadas e depositadas judicialmente, em conformidade com a análise do processo judicial e procedimentos relacionados à provisão de contribuição social PIS e COFINS, conforme Parecer Jurídico de especialista do segmento.



14. EVENTO SUBSEQUENTE

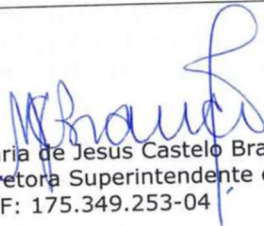
14.1 Precatório OFNDS - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Conforme demonstrativo de pagamento TRF-2, de 29/12/2023, a previsão para o recebimento do Precatório referente as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDS), era 15/02/2024, com valor atualizado até dezembro/2023 de R\$ 1.240.

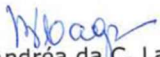
Com o recebimento em 20/02/2024, do Alvará de Levantamento nº 510012432042, expedido pelo Juiz Federal da 26ª VF do Rio de Janeiro, a Entidade fez o levantamento dos valores do Precatório, diretamente na instituição financeira depositária. O efetivo recebimento do Precatório ocorreu em 23/02/2024, atualizado para o valor de R\$ 1.254.

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração aprovou a emissão e divulgação dessas demonstrações contábeis em 26 de março de 2024.


Maria de Jesus Castelo Branco Freire
Diretora Superintendente e AETQ
CPF: 175.349.253-04


Andréa Ribeiro Nunes Freitas
Diretora Seguridade
CPF: 409.355.073-53


Márcia Andréa da C. Lages T. da Silva
Téc. Contabilidade CRC/MA - 5605-0
CPF: 329.779.803-34

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM
São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM** ("Entidade" ou "Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo Plano de Benefício – PMB, administrado pela Entidade e com o Plano de Gestão Administrativa – PGA, aqui denominados consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43) em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2020 e deverá ser elaborado e divulgado até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao que se referir. O relatório deverá conter, entre outros assuntos, informações relevantes que permitam a análise dos resultados do Plano frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Plano e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br



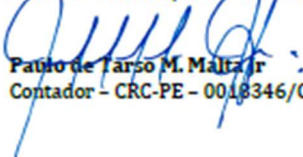
Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicável, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Luís - MA, 15 de março 2024.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/O-0 - "S" - MA



Paulo de Tarso M. Malta Jr.

Contador - CRC-PE - 0018346/O - "S" - MA

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfauditores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfauditores.com.br

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

DocuSign Envelope ID: DBD30D8D-B84C-457A-A1A4-CE82F371D6B9

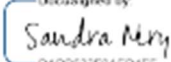


MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023

Em conformidade com o Art. 22, alínea "f", do Estatuto da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF), consoante ao que estabelece o inciso XI, do Artigo 17, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 43, de 06/08/2021 e Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20/08/2020, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023, que incluem as informações consolidadas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); e ainda, as informações do Plano Misto de Benefícios - PMB: Demonstração do Ativo Líquido (DAL); Demonstrativo de Mutação do Ativo Líquido (DMAL); Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelo Parecer Atuarial da CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelo Plano de Benefícios da CAPOF; pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PHF Auditores Independentes S/S.; e no Parecer do Conselho Fiscal da Entidade. Diante das análises efetuadas, este Conselho resolve aprovar as Demonstrações Contábeis, encerradas em 31 de dezembro de 2023.

São Luís (MA), 27 de março de 2024

Conselho Deliberativo da CAPOF:

DocuSigned by:

0A0B522F0AE04EF
SANDRA MARIA NERY ARAÚJO
Presidente do Conselho Deliberativo

DocuSigned by:

B3E8A30CCDF84DD
IRISMAR DO SOCORRO DO ESPÍRITO SANTO SILVA
Membro do Conselho Deliberativo

DocuSigned by:

BC5F8AC60724A3
MARIA OZETE MATIAS DE SOUSA FILHA
Membro do Conselho Deliberativo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

DocuSign Envelope ID: 77B6A9A9-FB11-4F4B-BF57-8DA795CA4A6C



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023

Em conformidade com o Artigo 32, alínea "b" do Estatuto da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF), consoante ao que estabelece o inciso X, do Artigo 17, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 43, de 06/08/2021, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023, que incluem as informações consolidadas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); e ainda, as informações do Plano Misto de Benefícios - PMB: Demonstr  o do Ativo Líquido (DAL); Demonstrativo de Mutação do Ativo Líquido (DMAL); Demonstr  o das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelo Parecer Atuarial da CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelo Plano de Benefícios da CAPOF, e o Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PHF Auditores Independentes S/S. Ressalta-se que, não houve apresentação das Demonstrações Contábeis de 2023 do Plano de Benefício Definido - PBD, uma vez que, o processo de migração para o Plano PMB foi encerrado em maio de 2023, com a incorporação dos seus ativos, passivos e resultados. Diante das análises efetuadas, este Conselho conclui que as referidas Demonstrações refletem a situação patrimonial, financeira e atuarial da CAPOF, do seu Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

São Luís (MA), 25 de março de 2024

Conselho Fiscal da CAPOF:

DocuSigned by:

7A57644E/CAPF433

ALBERICO DE SOUSA ARAÚJO FILHO
Presidente do Conselho Fiscal

DocuSigned by:

7E16000C04D10442

AUGUSTO CEZAR DE MORAES SALGADO
Membro do Conselho Fiscal

DocuSigned by:

EAB060C1ED1FA6B

MARIA DE NAZARÉ RIBEIRO CAMPOS
Membro do Conselho Fiscal

PARECER ATUARIAL DO PMB - PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS



PARECER ATUARIAL

Exercício de 2023

**CAPOF - Caixa de Assistência e
Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão**

Plano Misto de Benefícios - PMB

Março de 2024

2

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** da **CAPOF – CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO**, que foi instituído 01 de novembro de 1999 e atualmente é patrocinado pelo Banco Bradesco e pela **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão**, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e Assistidos e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **CAPOF**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE CONSULTORIA**, da qual o presente "Parecer Atuarial" é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

Ressaltamos que o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** da **CAPOF** é um plano de Contribuição Variável, sendo que na fase de atividade tem características de Contribuição Definida, e na fase de inatividade de Benefício Definido, ou seja, na concessão da suplementação o saldo de conta do Participante é transformado em um Benefício Vitalício, considerando sua Composição Familiar, as Hipóteses Biométricas e Financeiras no momento da concessão.

No exercício de 2022, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** da **CAPOF** e estão aderentes e adequadas para este exercício.

O Custo do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, calculado pela **CONDE CONSULTORIA**, resultou em 14,00% dos Salários de Participação, por outro lado,

a CAPOF arrecada contribuições na proporção de 14,00% sobre o total dos mesmos Salários de Participação.

O Patrimônio Líquido do Plano de Benefícios, em dezembro de 2023, no valor de R\$298.464.542, faz frente às Reservas Matemáticas de R\$283.122.392, apresentando um superávit de R\$15.342.150, aproximadamente 5,42% das Reservas Matemáticas. Desta forma, o valor de R\$15.342.150 apresentado está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe distribuição do superávit.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** da CAPOF encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial superavitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

➤ **Características do Plano**

O **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, administrado pela CAPOF, CNPB nº 1999.0041-83, está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021.

Conforme Resolução CNPC Nº 46, de 01/10/2021, o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, administrado pela CAPOF, tem seu CNPJ divulgado pela Receita Federal do Brasil sendo nº 48.307.064/0001-66.

➤ **Outras informações:**

Em janeiro de 2023 ocorreu a conclusão do processo de migração dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefício Definido – PBD para o Plano Misto de Benefícios – PMB.

➤ **Alteração Regulamentar**

No ano de 2023, não existiram alterações regulamentares no Plano Misto de Benefícios – PMB.

➤ **Migração entre Planos**

Em janeiro/2023 ocorreu a migração da massa total de participantes do Plano de Benefício Definido - PBD para o PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB.

➤ **Cadastro**

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2023, contempla todos os Participantes e Assistidos do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dezembro/2023 Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas (**)	Total	
Quantidade de Participantes	39	252	119	371	410
Folha Salarial / Benefício (mensal)	307.899	1.446.723	454.686	1.901.409	2.209.307
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	7.895	5.741	3.821	5.125	5.389
Idade Média	57	74	71	73	72
Tempo Médio de Admissão (anos)	33	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	3	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	23	-	-	-	-

(**) Considerados apenas os Beneficiários Principais de cada Suplementação da Pensão.

➤ **Recomposição Salarial e de Benefícios**

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial para os participantes ativos da Patrocinadora BRADESCO tem como base setembro/2023, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2023, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo tiveram um acréscimo de 0,88% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de setembro/2023 a dezembro/2023.

Para o dissídio salarial dos participantes ativos da Patrocinadora CAPOF, que tem como base janeiro/2023, utilizamos a variação acumulada do INPC-IBGE de janeiro/2023 a dezembro/2023, logo, obteve um acréscimo de 3,71%.

Aos Assistidos, o reajuste do benefício anual é resultante da Variação Patrimonial (Cota), desta forma, para esta Avaliação, os benefícios foram recompostos tendo em vista a variação da cota proporcional ao período de início de janeiro/2023 ao final de dezembro/2023 no valor de 10,39% (valor este para os reajustes dos benefícios com cota crescente). Para os benefícios decrescentes foram descontados os juros proporcionais da avaliação atuarial em vigor no período da concessão, conforme a seguir:

- ✓ = 4,11% (descontada a taxa real de juros de 6,00% a.a.)
- = 5,01% (descontada a taxa real de juros de 5,00% a.a.)
- = 5,11% (descontada a taxa real de juros de 4,90% a.a.)
- = 5,37% (descontada a taxa real de juros de 4,61% a.a.)
- = 5,57% (descontada a taxa real de juros de 4,40% a.a.)

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos no parágrafo anterior objetivam posicionar os salários e os benefícios no pico, extraindo desses todo e qualquer efeito da inflação e a cota do plano.

➤ Saldo de Contas

Ressaltamos que a apuração do valor das cotas, os saldos de contas e demais Fundos estão posicionados em 31/12/2023, e são de responsabilidade da CAPOF, sendo que a CONDE CONSULTORIA as obtém por meio da base de dados cadastrais ou informações contábeis.

➤ Hipóteses Atuariais

As premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	dez/23	jan/23
Tábua Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	dez/23	jan/23
Taxa de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano	Cota	Cota

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	dez/23	jan/23
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Método de Avaliação

Regime Financeiro	dez/23	jan/23
Regime	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

Para a Aposentadoria, o regime adotado foi o de Capitalização por Cota. Para as Aposentadorias por Invalidez, Pensão e o Pecúlio por Morte, foi adotado o regime de Capitalização financiado pelo método Idade de Entrada, e, ainda, o regime de Repartição Simples para o Auxílio-Doença e para as Despesas Administrativas.

➤ Estudo de Aderência

A CONDE, a partir de dados fornecidos pela CAPOF, elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas no exercício de 2022, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados a CONDE recomendou a manutenção das tábuas biométricas e variáveis econômicas adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

➤ **Taxa de juros**

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,40%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delineia das novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, assim, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da CAPOF e os Atuários do Plano, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela CAPOF, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela CONDE.

➤ **Rentabilidade do Plano**

A rentabilidade do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, calculada pela cota, atingiu no exercício de 2023 o percentual de 10,39% que, comparado com o INPC/IBGE, acumulado no período de 3,71%, acrescido do juro atuarial anual de 4,40%, resultou na taxa de 1,95% acima da meta atuarial.

A rentabilidade calculada pela CONDE está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que, nesse exercício de 2023, ela atingiu a meta atuarial.

➤ **Patrimônio de Cobertura do Plano**

O cálculo do Patrimônio de Cobertura do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, considerando os balancetes contábeis de dezembro/2023 e janeiro/2023:

Composição do Patrimônio (*)	dez/23	jan/23
Ativo Total	306.170.392	301.902.298
Exigível Operacional	(107.676)	(895.001)
Exigível Contingencial	(1.685.645)	(1.985.092)
Fundo Previdencial	(47.683)	(47.683)
Fundos Administrativos	(4.368.795)	(3.922.512)
Fundo de Operações com Participantes	(1.496.052)	(1.214.294)
Patrimônio de Cobertura	298.464.542	293.857.716

(*) Informações coletadas do Balancetes.

➤ **Dívidas Contratadas**

Não existe registro de dívida contratada no balanço do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, contudo, existe um Instrumento de Confissão e Consolidação de Dívida, assinado em 31/03/2016, e o Primeiro Aditivo a esse instrumento, assinado em 09/03/2017.

➤ **Passivo Judicial versus Ativo do Plano**

Existem registros de Passivo Judicial no balanço do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** no valor de R\$ 1.685.644,89 contra Depósitos Judiciais Recursais no Ativo do Plano no valor de R\$ 1.802.152,49.

➤ **Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas**

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 14,00% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano Misto de Benefícios e o Custo Total é somado ao Custo das Extraordinárias que sofre variações tendo em vista a forma de financiamento.

Apresentamos a seguir, resumidamente, os resultados da Avaliação:

Custo Atuarial Nivelado (%)

Benefícios (*)	dez/23	jan/23
	% Custo	% Custo
Patrocinadoras / Participantes		
Aposentadorias	9,26	6,40
Aposentadorias por Invalidez	0,12	0,69
Pensão por Morte	0,04	0,02
Pecúlio por Morte	0,68	1,21
Auxílio Doença	0,40	0,68
Despesas Administrativas (**)	3,50	5,00
Custo Normal (Patroc / Part.)	14,00	14,00
Custo Total	14,00	14,00
Assistidos		
Previdencial	9,00	9,00
Despesas Administrativas (**)	5,00	5,00
Custo Normal	14,00	14,00
Extraordinária em % ⁽¹⁾	-	1,00
Custo Total - Assistidos	14,00	15,00
Patrocinadora		
Extraordinária em R\$ 1,00 ⁽²⁾	R\$ 14.603.040	R\$22.193.057

(*) Custos atuariais em % sobre o total do Valor Atual dos Salários de Participação para os Participantes e Patrocinadora e a Folha de Benefícios para os Assistidos

(1) Equacionamento do Déficit 2012/2015 sobre o benefício vitalício (financiado pelo excedente patrimonial conforme estudo de Contribuições Extraordinárias realizado para esta Entidade)

(2) Valor coletado do balancete de dezembro/2023.

O Custo do Auxílio-Doença foi avaliado pelo método de Repartição Simples.

O valor para as Despesas Administrativas, considerado nesta Avaliação, foi informado pela CAPOF. O valor orçado é de R\$ R\$ 3.170.927, referente às despesas previdenciais.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela CAPOF, além da taxa de carregamento, foram definidas outras fontes de custeio administrativo, são elas:

- 10% de repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária;
- 1,50% sobre a Taxa de administração de empréstimos;
- Taxa de administração equivalente a 70% sobre as receitas líquidas dos investimentos;
- 30% de Reversão de parte do fundo administrativo.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$ 283.122.392, conforme quadro a seguir:

Discriminação	Valores em R\$ 1,00	
	dez/23	jan/23
Benefícios Concedidos	265.462.442	265.277.982
Benefícios a Conceder	17.659.950	19.511.832
Benefícios do Plano com a Geração Atual	17.715.318	19.590.402
Outras Contribuições da Geração Atual	(55.368)	(78.570)
Reservas a Amortizar	-	(2.439.650)
Assistidos	-	(2.439.650)
Total de Reservas Matemáticas	283.122.392	282.350.164

Cabe esclarecer que o valor constante nas Reservas a Amortizar, referente ao déficit de equacionado de 2012/2015, foi suspenso conforme estudo de Contribuições Extraordinárias realizado para esta Entidade.

➤ Proposta do Plano Anual de Custeio

Compete ao Conselho Deliberativo da CAPOF, com anuência das Patrocinadoras, a aprovação do Plano de Custeio deste Plano Misto de Benefícios, por recomendação da Diretoria Executiva, embasada em parecer atuarial emitido pelo Atuário responsável por este Plano, a seguir:

Contribuição (*)	Proposta do Plano de Custeio - 2024				
	Partic.	Patroc.	Total	BPD	Assistidos
Contribuição Normal em %					
Aposentadoria(**)	4,63	4,63	9,26	-	9,00
Aposentadorias por invalidez	0,06	0,06	0,12	0,12	-
Pensão por Morte	0,02	0,02	0,04	0,04	-
Pecúlio por Morte	0,34	0,34	0,68	0,68	-
Auxílio Doença	0,20	0,20	0,40	-	-
Taxa de Carregamento	1,75	1,75	3,50	3,50	5,00
Subtotal em %	7,00	7,00	14,00	4,34	14,00
Contribuição Extraordinária					
Extraordinária - Patroc. em R\$ / para os Assistidos em %	-	14.603.040	14.603.040	-	-
Total das Contribuições em % - Mensal (exceto Extra. Da Patroc.)	7,00	7,00	14,00		14,00
Total das Contribuições Extra. da Patroc. em R\$ - Valor Mensal (1)	-	842.413	842.413		-

(*) % Sobre o total dos Salários de Participação, BPD optante pelo Risco e para os Assistidos sobre o Total dos Benefícios

(**) Contribuição média observado conforme base de dados.

(1) Respeitando o Contrato de Consolidação e Confissão de Dívida, informado pela CAPOF.

Despesas Administrativas:

Conforme informado pela CAPOF, as Despesas Administrativas serão custeadas através da taxa de carregamento pelo percentual de 25%, aplicado sobre o total das contribuições normais do Plano Misto de Benefícios, equivalente a 3,5% dos Salários de Participação. Para os benefícios, o custeio é de 5% sobre os Benefícios do Plano conforme demonstrado no quadro anterior.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela CAPOF, foram definidas outras fontes de custeio administrativo, são elas:

- 10% de repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária;
- 1,50% sobre a Taxa de administração de empréstimos;
- Taxa de administração equivalente a 70% sobre as receitas líquidas dos investimentos;
- 30% de Reversão de parte do fundo administrativo.

Ressaltamos que o fundo administrativo poderá absorver as sobras ou as insuficiências das despesas orçadas, mantendo-a equilibrada.

➤ Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, no valor total de R\$298.464.542, cobre as Reservas Matemáticas de R\$283.122.392, gerando um superávit de R\$15.342.150, aproximadamente 5,42% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2023.

Valores em R\$ 1,00		
Situação do Plano	dez/23	jan/23
a) Patrimônio de Cobertura	298.464.542	293.857.716
b) Reservas Matemáticas	(283.122.392)	(282.350.164)
a-b = Superávit	15.342.150	11.507.552

Este Plano há sete anos seguidos vem apresentando superávits, contudo, o valor apresentado está dentro do limite das Reservas de Contingência, motivo pelo qual não houve distribuição de superávit.

➤ Distribuição do Superávit

De acordo com a legislação o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

(A) Reservas Matemáticas atribuíveis aos benefícios definidos, deduzidas das Reservas Matemáticas a Constituir.

(B) Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Reservas Matemáticas}$

Valores em R\$ 1,00

Análise do Superávit e o Limite da Reserva de Contingência				
25% das Reservas (A)		Fórmula (B)		LRC = MINIMO (A;B)
R\$		R\$		R\$
	66.405.835		49.791.892	49.791.892
				15.342.150

LRC: Limite da Reserva de Contingência.

Ajuste de Precificação Positivo não aplicável.

Observação: Foi utilizada a duração do passivo apurada em 31/12/2022 de 8,75 anos

Desta forma, o valor de R\$15.342.150 apresentado, está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe obrigatoriedade pela destinação do superávit.

➤ Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2023, conforme Sistema Venturo, para o Plano de Benefícios PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB da CAPOF, é de 7,47 anos.

➤ Ajuste de Precificação de Ativos

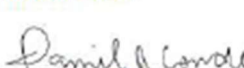
Em consonância com a legislação, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da CAPOF:

Valor Contábil x Valor Ajustado		Valores em R\$1,00
CONTÁBIL	AJUSTADO	AJUSTE
23.785.130	25.668.303	1.883.173

O quadro anterior refere-se a diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais, contudo, em nosso ponto de vista, esse ajuste deveria ser reconhecido formalmente por meio de lançamentos contábeis.

São Paulo, março de 2024.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.


Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549
Daniel R. Conde
Atuário MIBA 2126
Patrícia Cota
Atuária MIBA 1789
Júlia Bicalho
Atuária